ADRIANA FRAGALLE MOREIRA

**INTERPRETAÇÃO E ÂMBITO DE PROTEÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE EX-
PRESSÃO:**

**REFLEXÕES SOBRE O “QUEM”, “QUANDO” E “O QUÊ” NA MANIFESTAÇÃO DO PENSAMEN-
TO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestre

(versão simplificada, conforme Resolução CoPGr n 5.401/2007)

Orientador: Prof. Dr. Roger Stiefelmann Leal

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2016

RESUMO

Apesar de ser considerada há muito tempo e por inúmeras nações e organizações internacionais como um valor fundamental, a liberdade de expressão é, até hoje, objeto de muitas incertezas e indefinições, especialmente quanto à sua aplicação prática em um cenário em que outros direitos e valores constitucionais estão envolvidos. O presente estudo parte da análise da estrutura do ato comunicativo, especificamente da análise da identidade dos sujeitos da comunicação, do fator temporal e do conteúdo ou mensagem, para aferir se a valoração jurídica da expressão do pensamento é condicionada por esses elementos. A partir disso, o presente trabalho propõe critérios para que a interpretação e a aplicação da liberdade de expressão sejam imbuídas de segurança jurídica, de modo a garantir própria efetividade dessa liberdade que se configura como um valor tão caro às sociedades democráticas.

ABSTRACT

Despite being considered as a fundamental value for several centuries and by many nations and international organizations, freedom of speech is, until present time, the object of much uncertainty, especially regarding its practical application when other rights and constitutional values are involved. The present study analyses the structure of the communicative act, specifically the identity of interlocutors, the time factor and the content or message, to assess if the legal value of the expression of thought is conditioned by these elements. From that, the present work proposes criteria to a rational and secure interpretation and application of freedom of speech, so as to guarantee the effectiveness itself of this liberty, that is so dear to democratic societies.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL.....1

- 1.1. Tema, justificativa e metodologia 1
- 1.2. Limites intrínsecos e extrínsecos dos direitos fundamentais .. **Erro! Indicador não definido.**
- 1.3. Valor e mérito do estudo comparado da liberdade de expressão **Erro! Indicador não definido.**

2. O “QUANDO” DA MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO: O TEMPO E O ALCANCE DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

- 2.1. Considerações introdutórias: o tempo e a liberdade de expressão **Erro! Indicador não definido.**
- 2.2. O chamado “direito ao esquecimento”: caso Lebach (1973), RESp 1.334.097 e Google v. AEPD **Erro! Indicador não definido.**
- 2.3. Lebach 2 (1999), Plon v. France e caso Aida Curi: a perspectiva inversa. **Erro! Indicador não definido.**
- 2.4. Liberdade de expressão, estados de emergência e instabilidade política. **Erro! Indicador não definido.**
- 2.5. Liberdade de expressão e processo eleitoral: ADI 3.741 e ADI 4.451 MC-Ref **Erro! Indicador não definido.**
- 2.6. A influência do tempo nos conflitos envolvendo a liberdade de expressão... **Erro! Indicador não definido.**

3. O “QUEM” NA MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO: INTERLOCUTORES E LEGITIMIDADE ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

- 3.1. Considerações introdutórias: os sujeitos da comunicação e a liberdade de expressão. **Erro! Indicador não definido.**
- 3.2. A quem diz respeito a manifestação do pensamento (parte 1)? NYT v. Sullivan, Herrera Ulloa v. Costa Rica, Roriz v. Editora Abril e a questão da autoridade pública. ... **Erro! Indicador não definido.**
- 3.3. A quem diz respeito a manifestação do pensamento (parte 2)? Von Hannover v. Germany (nº 1 e nº 2) e a questão da “celebridade”. **Erro! Indicador não definido.**
- 3.4. A quem a informação se dirige (parte 1)? A figura do desacato e os relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Erro! Indicador não definido.**
- 3.5. A quem a informação se dirige (parte 2)? Handyside v. UK e a questão do público-alvo infantil. **Erro! Indicador não definido.**
- 3.6. Quem é o emissor da comunicação? Imunidade parlamentar e vedação ao anonimato... **Erro! Indicador não definido.**
- 3.7. Interlocutores e legitimidade..... **Erro! Indicador não definido.**

4. O “O QUÊ” NA MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO: AVALIAÇÃO DE CONTEÚDO E O RISCO DA INGERÊNCIA ESTATAL..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

4.1. Considerações introdutórias: o conteúdo da mensagem e a liberdade de expressão.....**Erro! Indicador não definido.**

4.2. A justificativa da liberdade de expressão: justificação instrumental e justificação constitutiva. **Erro! Indicador não definido.**

4.3. O valor do conteúdo da expressão e os tipos de restrição estatal.....**Erro! Indicador não definido.**

4.4. *Hate speech* e o discurso de exclusão: *Brandenburg v. Ohio* e caso *Ellwanger*. **Erro! Indicador não definido.**

4.5. Segurança nacional e informações sigilosas: *Pentagon Papers*, *Palamara Iribarne v. Chile* e casos *Spycatcher*. **Erro! Indicador não definido.**

4.6. A avaliação do conteúdo e o risco da ingerência estatal. **Erro! Indicador não definido.**

5. CONCLUSÕES E PROPOSTAS16

6. BIBLIOGRAFIA21

6.1. Doutrina 21

6.2. Jurisprudência 31

1. INTRODUÇÃO GERAL

1.1. Tema, justificativa e metodologia

A noção de que a liberdade de expressão é um valor essencial às sociedades democráticas não é nova. Como se sabe, diversos elementos e fundamentos do Estado Democrático, tal como hoje conhecido, encontram raízes na Antiguidade Clássica, e os primórdios da liberdade de expressão parecem ter gênese similar. Nesse sentido, por exemplo, seria possível que nos remetêssemos aos conceitos *isēgoria* e *parrhēsia*¹, da democracia ateniense, características das quais, como aponta Fábio Konder Comparato², os cidadãos de Atenas muito se orgulhavam, considerando até mesmo temerário que as decisões políticas fossem levadas à prática sem que fossem precedidas de amplíssimo debate, do qual poderia participar qualquer cidadão, do mais rico ao mais pobre.

No entanto, mesmo nos referindo a contextos e realidades mais próximas, também é possível encontrar exemplos de posituação da liberdade de expressão já na Idade Moderna. A liberdade de palavra no Parlamento, por exemplo, já vinha garantida expressamente na *Bill of Rights* inglesa de 1689³, e é também no contexto da Inglaterra seiscentista que é feita, perante o Parlamento inglês, uma das mais inovadoras e eloquentes defesas da liberdade de informação: o discurso *Areopagítica*, de John Milton, onde, entre outras pas-

¹ Sobre o tema, v. WERHAN, Keith. “Freedom of Speech: A Reference Guide to the United States Constitution”. Praeger, 2004, pp. 28/29. *In verbis*: “Athenians embraced two concepts of free speech during the classical democracy: *isēgoria*, which meant the ‘equal freedom of speech’, and *parrhēsia*, which classical scholars usually translate simply as ‘freedom of speech’. (...) *Isēgoria* gave each Athenian citizen an equal right to speak in the Assembly, which was the principal governing institution of the democracy. *Isēgoria* ensured that common citizens, sitting in the Assembly, could speak as well as listen, and thus could become active and not just passive participants in the formation of public policy. (...) *Parrhēsia* referred to the general freedom of speech that Athenians enjoyed as an aspect of their ‘liberty’ (*eleutheria*). Classical scholar Sara Monson emphasized the more nuanced meaning of *parrhēsia* as ‘frank speaking’, which, she argued, captured the nature of the democratic practice better than the more conventional, but bland translation, ‘freedom of speech’”.

² COMPARATO, Fábio Konder. “A democratização dos meios de comunicação de massa”. Revista USP, n. 48, dez./fev. 2000-2001, pp. 6-17. *In verbis*: “Em Atenas, a democracia fundava-se muito mais na *isēgoria*, isto é, na igualdade de palavra nas assembleias públicas, do que na *isonomia*. As grandes decisões políticas – a guerra e a paz, a nomeação dos principais governantes (notadamente o estrategista) e a tomada de suas contas após o término do mandato eletivo – ocorriam sempre na *ekklēsia* e comportavam o mais amplo debate, do qual podiam participar, pessoalmente, todos os cidadãos”.

³ “Freedom of Speech. That the Freedom of Speech and Debates or Proceedings in Parlyament ought not to be impeached or questioned in any Court or Place out of Parlyament”.

sagens de relevo, a liberdade de crítica é qualificada como o maior marco de liberdade civil que homens sábios podem almejar⁴.

É na Idade Contemporânea, no entanto, que a liberdade de expressão é positivada com amplitude tal a ponto de se caracterizar como direito de qualquer ser humano comunicar suas ideias e ser ouvido.

Na transição para a Idade Contemporânea, a liberdade de imprensa foi inscrita na Declaração de Direitos da Virgínia de 1776 (Virginia Bill of Rights)⁵.

Em 26 de agosto de 1789, quando foi editada a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão na França, os artigos 10 e 11⁶ do documento qualificam a possibilidade de livre comunicação de ideias como “*um dos mais preciosos direitos do homem*”.

Poucos anos depois, em 15 de dezembro de 1791, a liberdade de expressão passou a ser consagrada na Constituição dos Estados Unidos, por meio da Primeira Emenda⁷, parte integrante da *Bill of Rights* americana. Com ela, consignou-se expressamente na Carta Maior americana que o Poder Legislativo não estaria autorizado a editar lei que restringisse a liberdade de expressão ou a de imprensa.

Em 10 de dezembro de 1948, quando da aprovação e proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em Assembleia Geral das Nações Unidas, também desse documento constou a liberdade de expressão, que, segundo o artigo 19⁸ da Declaração, se-

⁴ MILTON, John. “*The Areopagitica. A Speech For The Liberty Of Unlicensed Printing To The Parliament Of England*”. 1644. In verbis: “*For this is not the liberty which we can hope, that no grievance ever should arise in the Commonwealth—that let no man in this world expect; but when complaints are freely heard, deeply considered and speedily reformed, then is the utmost bound of civil liberty attained that wise men look for*”.

⁵ “*Section 12. That the freedom of the press is one of the great bulwarks of liberty, and can never be restrained but by despotic governments*”.

⁶ “Art. 10º. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei. Art. 11º. A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei”.

⁷ “*Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances*”.

⁸ “Artigo XIX - Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

ria garantida a todas as pessoas e incluiria a liberdade de ter e procurar opiniões, transmitir e receber informações, por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

De igual sorte, a liberdade de expressão também foi consagrada na Convenção Europeia dos Direitos Humanos, adotada pelo Conselho da Europa em 4 de novembro de 1950 e com entrada em vigor em 1953. Do artigo 10⁹ da Convenção consta que todos têm direito à liberdade de expressão, que compreende a liberdade de transmitir e receber opiniões, ideias e informações. O parágrafo 2º do artigo 10 chega a mencionar que o exercício dessa liberdade pode ser objeto de certos condicionamentos e restrições, mas tais restrições devem ter objetivos relevantes e devem ser efetivadas somente na medida em que se mostrarem necessárias em uma sociedade democrática.

À semelhança dos já mencionados diplomas, também o Pacto de San Jose da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969) consagrou, em seu artigo 13¹⁰, a liberdade de expressão, tecendo longas considerações sobre o tema e especificando que, embora o exercício da manifestação de pensamento possa ser objeto de algumas restrições e condicionamentos (ex: proibição da apologia ao ódio racial, conforme parágrafo 5º), a regra geral seria o respeito a essa garantia e a possibilidade apenas de responsabilização ulterior pelos abusos.

⁹ “Artigo 10 – Liberdade de expressão. 1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras. O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia. 2. O exercício destas liberdades, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, a protecção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial”.

¹⁰ “Artigo 13 - Liberdade de pensamento e de expressão. 1. Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e idéias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha. 2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito à censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para assegurar: a) o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; b) a protecção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas. 3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões. 4. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para protecção moral da infância e da adolescência, sem prejuízo do disposto no inciso 2. 5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência”.

No âmbito da doutrina e da jurisprudência, *Justice Holmes*, da Suprema Corte Americana, apontava, já em 1919, em seu célebre voto divergente no caso *Abrams v. United States*¹¹, que o melhor teste sobre a verdade e o acerto de uma noção era a sua prevalência em uma competição no mercado de ideias¹².

Em 1927, quando do julgamento de *Whitney v. California*¹³, *Justice Brandeis* proferiu voto concordante¹⁴ que, ressaltando os méritos da liberdade de expressão, também se tornaria célebre. O magistrado apontava que, em uma sociedade democrática, o melhor go-

¹¹ *Opinion* 250 U.S. 616 (1919).

¹² “*But when men have realized that time has upset many fighting faiths, they may come to believe even more than they believe the very foundations of their own conduct that the ultimate good desired is better reached by free trade in ideas -- that the best test of truth is the power of the thought to get itself accepted in the competition of the market, and that truth is the only ground upon which their wishes safely can be carried out. That, at any rate, is the theory of our Constitution. It is an experiment, as all life is an experiment. Every year, if not every day, we have to wager our salvation upon some prophecy based upon imperfect knowledge. While that experiment is part of our system, I think that we should be eternally vigilant against attempts to check the expression of opinions that we loathe and believe to be fraught with death, unless they so imminently threaten immediate interference with the lawful and pressing purposes of the law that an immediate check is required to save the country*”.

¹³ *Opinion* 274 U.S. 357 (1927).

¹⁴ “*Those who won our independence believed ... that public discussion is a political duty, and that this should be a fundamental principle of the American government. They recognized the risks to which all human institutions are subject. But they knew that order cannot be secured merely through fear of punishment for its infraction; that it is hazardous to discourage thought, hope and imagination; that fear breeds repression; that repression breeds hate; that hate menaces stable government; that the path of safety lies in the opportunity to discuss freely supposed grievances and proposed remedies, and that the fitting remedy for evil counsels is good ones. Believing in the power of reason as applied through public discussion, they eschewed silence coerced by law -- the argument of force in its worst form. Recognizing the occasional tyrannies of governing majorities, they amended the Constitution so that free speech and assembly should be guaranteed. Fear of serious injury cannot alone justify suppression of free speech and assembly. Men feared witches and burnt women. It is the function of speech to free men from the bondage of irrational fears. To justify suppression of free speech, there must be reasonable ground to fear that serious evil will result if free speech is practiced. There must be reasonable ground to believe that the danger apprehended is imminent. There must be reasonable ground to believe that the evil to be prevented is a serious one. Every denunciation of existing law tends in some measure to increase the probability that there will be violation of it. Condonation of a breach enhances the probability. Expressions of approval add to the probability. Propagation of the criminal state of mind by teaching syndicalism increases it. Advocacy of law-breaking heightens it still further. But even advocacy of violation, however reprehensible morally, is not a justification for denying free speech where the advocacy falls short of incitement and there is nothing to indicate that the advocacy would be immediately acted on. The wide difference between advocacy and incitement, between preparation and attempt, between assembling and conspiracy, must be borne in mind. In order to support a finding of clear and present danger, it must be shown either that immediate serious violence was to be expected or was advocated, or that the past conduct furnished reason to believe that such advocacy was then contemplated. Those who won our independence by revolution were not cowards. They did not fear political change. They did not exalt order at the cost of liberty. To courageous, self-reliant men, with confidence in the power of free and fearless reasoning applied through the processes of popular government, no danger flowing from speech can be deemed clear and present unless the incidence of the evil apprehended is so imminent that it may befall before there is opportunity for full discussion. If there be time to expose through discussion the falsehood and fallacies, to avert the evil by the processes of education, the remedy to be applied is more speech, not enforced silence. Only an emergency can justify repression. Such must be the rule if authority is to be reconciled with freedom*”.

verno não se daria pela opressão das ideias ou pelo medo de punição pelas opiniões, mas sim pela discussão pública, elemento que deveria constituir um princípio fundamental da vida política. Sustentando que o simples temor do prejuízo que uma ideia pode causar não poderia justificar sua supressão, consignou que os homens temiam a bruxaria e, sob essa justificativa, queimavam mulheres. Apontou que, exceto em situações verdadeiramente emergenciais, o melhor remédio para a ignorância e para as falácias seria mais discurso, e não silêncio forçado.

Também no Brasil, o reconhecimento da relevância da liberdade de expressão não é recente, de modo que já a Constituição do Império de 1824 consagrava esse direito em termos bastante claros, em seu artigo 179, inciso IV¹⁵.

O panorama delineado, longe de se pretender exaustivo do histórico da proteção da liberdade de expressão, tem, não obstante, o condão de demonstrar que a importância dessa liberdade tem reconhecimento amplíssimo, tanto em ordenamentos internos como em convenções e tratados internacionais.

No entanto, apesar de ser considerada há tanto tempo e por tantas nações e organizações internacionais como um valor fundamental, a liberdade de expressão parece, até hoje, ser objeto de muitas incertezas e indefinições.

Como bem coloca Edilsom Farias¹⁶, o estudo sobre a liberdade de expressão não parece ter produzido bases e critérios seguros para a sua plena efetivação, mormente quando, como frequentemente ocorre, as controvérsias práticas envolvem outros valores constitucionalmente protegidos, como a honra, a intimidade e a segurança pública.

¹⁵ “Art. 179, IV - Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar”.

¹⁶ FARIAS, Edilsom. “Liberdade de expressão e comunicação: teoria e proteção constitucional”. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2004. *In verbis*: “Vale notar que a doutrina nacional não alcançou a formulação de cânones hermenêuticos seguros para guiar a interpretação e aplicação do sistema constitucional da liberdade de expressão e comunicação. Tal fato pode ser explicado historicamente pelo aviltamento perpetrado pelos regimes autoritários contra a livre comunicação entre nós. (...) Ao revés do que sucede em outros quadrantes, em que Tribunais e Cortes constitucionais, por meio de suas decisões, formulam e aplicam *standards* operacionais, concretizando na realidade social as regras e princípios constitucionais respeitantes à liberdade de expressão e comunicação, observa-se, entre nós, uma escassez de precedentes judiciais que devem servir de parâmetros para guiar a solução dos agudos conflitos, envolvendo a liberdade de expressão e comunicação no contexto histórico”, p. 22.

Verifica-se que, infelizmente, muitas das questões concretas que envolvem a liberdade de expressão acabam, na prática, por serem resolvidas singularmente, em um juízo que - não raramente - é fortemente casuísta.

Note-se que, em contexto nacional, não nos parece cabível falar, ao menos hoje¹⁷, em ausência de precedentes ou casos simbólicos julgados pelo Supremo Tribunal Federal. No entanto, não raramente se verifica que a argumentação é construída somente sobre as seguintes bases: (i) constata-se que a liberdade de expressão é um direito fundamental muito caro aos Estados democráticos, (ii) ressalta-se que, porém, ele não é um direito absoluto, tendo que ser sopesado em face de outros direitos constitucionalmente protegidos, como a honra e a intimidade, e (iii) elege-se qual direito parece mais relevante ao magistrado no caso concreto.

Os exemplos são abundantes nas instâncias ordinárias. Remetendo-nos apenas a casos recentes, é possível citar decisão da Justiça Estadual do Ceará, de setembro de 2014, que havia proibido a circulação de edição da revista Istoé, na qual era relatado que Paulo Roberto Costa havia delatado o então governador do Ceará, Cid Gomes, no bojo da operação policial conhecida como “Lava Jato”. A decisão judicial (i) reconhece a proteção constitucional da liberdade de expressão, (ii) ressalta que, por outro lado, esse direito fundamental não é absoluto, e (iii) decide pela proibição do periódico, em face da inviolabilidade da honra do autor ofendido¹⁸.

Em outro exemplo, de outubro de 2014, a Juíza Coordenadora da Fiscalização da Propaganda Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro, determinou, com base no poder de política, a remoção, do portal Youtube, de vídeos humorísticos produzidos pelo canal Porta dos

¹⁷ Edilson Farias, (ob. cit., p.22) falava, em 2004, em “ausência [*de precedentes judiciais*] muito notada na jurisprudência da Corte Máxima encarregada de velar pelo cumprimento das normas constitucionais – o Supremo Tribunal Federal”, mas, como veremos no desenrolar do presente estudo, a ausência de critérios ou parâmetros cristalinos não pode ser atribuída à falta de julgados envolvendo a liberdade de expressão, tendo em vista a fecunda produção jurisdicional nessa seara nos últimos onze anos.

¹⁸ Processo nº 0785847-93.2014.8.06.0001 (Cautelar inominada). Em decisão liminar de 12 de setembro de 2014, assim consignou a Juíza de Direito Plantonista, *in verbis*: “É assente que o direito a imagem e a honra é inviolável. Nem precisaria estar escrito mas o constituinte de 1988 fez questão de trazer no inciso X do artigo 5º da Carta da República que 'são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. E que não se queira falar em liberdade de imprensa e direito à informação. No caso, não houve nem a propositura da denúncia pelo Ministério Público, estando a matéria em fase de apuração, investigação, a qual deve deter a melhor descrição [sic] e sigilo. Afinal, nenhum direito, mesmo que fundamental, é absoluto” (g.n.). Posteriormente, a decisão foi revertida por meio de decisão monocrática do Ministro Luís Roberto Barroso, relator da Reclamação nº 18.638 junto ao STF.

Fundos. Quanto a duas das esquetes produzidas (ambas críticas da probidade dos candidatos participantes da disputa eleitoral em curso), suscitou-se dano à honra do então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. Na mencionada decisão da Juíza Coordenadora, consigna-se, de igual sorte, (i) que a liberdade de expressão é garantida constitucionalmente, (ii) que, no entanto, ela não é absoluta, e que, portanto, ela deve ser limitada a fim de que não haja ofensa aos outros direitos fundamentais consagrados na Constituição. Desse raciocínio, decidiu-se que (iii) os vídeos deveriam ser retirados do ar¹⁹.

Também a título exemplificativo, é possível citar a ação promovida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de novembro de 2013, que buscava remover, do portal Youtube, vídeo produzido pelo chamado Canal do Otário. No referido vídeo, criticava-se de forma dura e mordaz a qualidade dos serviços prestados pelos Correios, o que, no entender da empresa autora, feria sua honra objetiva. Judicialmente, foi concedida liminar à autora, determinando a suspensão dos trechos do vídeo em que seria veiculada indevidamente a marca de titularidade dos Correios. Em sede de agravo de instrumento, o TRF-3 havia agravado a restrição, determinando a suspensão por inteiro do vídeo. Na referida decisão, o Tribunal consignou (i) que a manifestação do pensamento é livre e protegida constitucionalmente, (ii) que, no entanto, o ordenamento também confere proteção à marca, (iii) de forma que o vídeo era abusivo, devendo ter sua veiculação suspensa²⁰.

¹⁹ *In verbis*: "o acesso ao vídeo em referência poderá trazer consequências danosas ao candidato, maculando sua imagem junto à população, de cuja manifestação no pleito eleitoral depende a sua candidatura. Insta frisar que tanto a liberdade de manifestação de pensamento, quanto à (sic) livre expressão de manifestação artística, direitos garantidos constitucionalmente, não são direitos absolutos. Devendo ser limitados a fim de que não ocorram abusos e ofensas a outros direitos fundamentais garantidos na nossa carta (sic) Magna." (g.n.) - trecho da decisão da Juíza Coordenadora transcrito na decisão da Rcl 18776 / RJ, junto ao STF (não conhecido). Em 15 de outubro de 2014 a decisão que suspendia a veiculação dos vídeos foi revertida pelo TRE-RJ, no bojo do Mandado de Segurança nº 7907-04.2014.6.19.0000, impetrado pela Google Brasil Internet Ltda.

²⁰ Agravo de Instrumento nº 0026427-58.2013.4.03.0000/SP. *In verbis*: "A manifestação do pensamento é livre e garantida em nível constitucional, não aludindo a censura prévia em diversões e espetáculos públicos. Os abusos porventura ocorridos no exercício indevido da manifestação do pensamento são passíveis de exame e apreciação pelo Poder Judiciário com a consequente responsabilidade civil e penal de seus autores, decorrentes inclusive de publicações injuriosas na imprensa, que deve exercer vigilância e controle da matéria que divulga. Atualmente, como ressalta Pinto Ferreira, 'o Estado democrático defende o conteúdo essencial da manifestação da liberdade que é assegurado tanto sob o aspecto positivo, ou seja, proteção da exteriorização da opinião, como sob o aspecto negativo, referente à proibição de censura'. Contudo, o mesmo não pode ser dito em relação ao uso da marca da agravante. De fato, o vídeo alvo da controvérsia possui inegável uso indevido da marca, apresentando evidente conotação negativa dirigida contra a marca CORREIOS, o que não é permitido diante da proteção que se deve atribuir às marcas, que são sinais indicadores da origem e proveniência dos produtos e serviços". Quando do julgamento definitivo do feito, a sentença prolatada foi favorável ao comunicador, dando a ação por improcedente e resguardando o exercício da liberdade de expressão.

Em agosto de 2013, duas ativistas da proteção aos animais foram condenadas ao pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a título de indenização por danos morais, por terem, segundo a decisão, causado dano à honra objetiva da empresa Habib's. As rés teriam compartilhado, na rede social Facebook, notícia do jornal da cidade de Capivari - SP, segundo a qual uma funcionária da rede Habib's teria expulsado violentamente um filhote de cachorro do estabelecimento, sendo que, por conta disso, o animal teria sido atropelado em seguida. Organizaram, também, um evento de protesto pela rede social e estimularam o boicote ao restaurante. Segundo a decisão proferida no juízo de primeiro grau, (i) a liberdade de expressão tem cunho constitucional, (ii) não é, porém, absoluta, devendo ser exercida com responsabilidade, (iii) motivo pelo qual as rés deveriam indenizar o prejuízo causado à imagem do estabelecimento comercial²¹.

Os exemplos, como dito, são abundantes nas instâncias ordinárias, mas a elas não se restringem. É possível citar tal estrutura argumentativa também em alguns julgados do Supremo Tribunal Federal, a exemplo do processo MS MC 2483207²². No referido precedente, discutia-se, no STF, a concessão de liminar para que fosse proibida a transmissão televisiva do depoimento de Law Kin Chong, empresário sino-brasileiro, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar assuntos relacionados à pirataria e à sonegação fiscal no Brasil.

No voto do Ministro Relator Cezar Peluso, este consigna que o direito à publicidade e à informação não é absoluto, de modo que sua restrição não configura, necessariamente, ilegalidade ou censura prévia. Tratando-se de uma colisão de direitos, o Ministro entende que deve ser conferido peso maior à proteção da personalidade do empresário, opinando pela proibição da transmissão de seu depoimento na TV Câmara²³.

²¹ Processo nº 4001276-52.2013.8.26.0451. *In verbis*: “Registro que embora a liberdade de expressão tenha cunho constitucional, não é absoluta e deve ser exercitada com consciência e responsabilidade, em respeito a outros valores igualmente importantes e protegidos pelo mesmo texto constitucional, tais como a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”. Em segundo lugar, as recorrentes apenas lograram reduzir o montante da indenização.

²² STF, MC em MS nº 24.832-7 (“Caso Law Kin Chong”), Rel. Min. Cezar Peluso, j. 18.03.2004, DJ 18.08.2006.

²³ *In verbis*: “Seria truismo, Sr. Presidente, dizer que o direito à publicidade, assim como qualquer direito, inclusive o direito à vida, não é absoluto. Não há direitos absolutos no ordenamento e na ordem jurídica, e sua restrição não pode, portanto, configurar ultraje a direito à informação, muito menos censura prévia. Estamos pura e simplesmente, Sr. Presidente, diante de um caso clássico de colisão aparente de direitos, que se resolve na delimitação dos âmbitos materiais de eficácia, diante da particularidade da hipótese”.

De igual sorte, no voto do Ministro Joaquim Barbosa, que acompanha o relator, aponta-se que há uma colisão entre liberdade de imprensa, de um lado, e direito de imagem, de outro, para, em seguida, sustentar que há maior peso na preservação do direito à intimidade²⁴.

Ao final, este não é o entendimento que prevalece no Plenário da Corte. De qualquer maneira, os citados posicionamentos bem demonstram a utilização de uma estrutura de argumentação que, ao fim e ao cabo, pouco contribui para a efetiva resolução do conflito entre valores protegidos constitucionalmente.

Em outras palavras, é deveras comum que, no caso concreto submetido a juízo, simplesmente seja atribuído peso maior à liberdade de expressão ou a outro valor com o qual se vislumbra um conflito, sem reflexões muito alongadas sobre critérios objetivos para a solução do conflito ou sobre a própria razão de ser da liberdade de expressão.

Há de se ponderar, nesse ponto, que, sem critérios e parâmetros seguros para a interpretação constitucional do direito à liberdade de expressão, sua própria efetivação pode ser considerada prejudicada, uma vez que a pura positivação no ordenamento jurídico, singularmente considerada, pouco significa em termos de real garantia de um direito fundamental.

Nesse sentido, como bem observado pela Ministra Carmen Lúcia²⁵, quando de seu voto na relatoria da ADI 4815/DF, pode existir um abismo entre a letra da lei – ou até mesmo da Constituição – e sua efetividade jurídico-social.

Sem a internalização social e política da liberdade de expressão, objetivo que passa, por certo, pela real compreensão desse direito, a positivação em um texto constitucional pode, por vezes, ser pouco mais do que um adorno normativo. Basta observar que a Carta Constitucional de 1937 previa claramente, em seu artigo 122, inciso 15, um direito funda-

²⁴ *In verbis*: “(...) há de fato, no caso, uma aparente colisão entre direitos fundamentais. De um lado, estaria a liberdade de imprensa e, do outro, o direito de imagem. Contraponto estes dois valores, não vejo neles o mesmo peso, porque, no que diz respeito à suposta liberdade fundamental concernente à liberdade de imprensa, não tenho como algo indissociável ao exercício do Poder Legislativo a divulgação por mídia eletrônica dos seus trabalhos. Nesse caso, não teria a menor dúvida em, realizando a ponderação entre esses interesses supostamente em conflito, pender em favor da preservação do direito à intimidade”.

²⁵ STF, ADI n 4815 / DF, Rel. Min. Carmen Lúcia, j. 10.06.2015. *In verbis*: “25. Como anotado antes, entre a letra da norma constitucional e a sua efetividade jurídico-social a distância pode ser grande se não se DF consolida o sentimento coletivo da Constituição, quer dizer, o espírito que a alma não é apoderada pelo corpo sócio-político como elos da mesma experiência democrática”

mental à manifestação do pensamento²⁶. De igual sorte, é possível encontrar na Constituição brasileira de 1967, editada em plena ditadura militar, um dispositivo²⁷ que consagra a liberdade de expressão com redação que, singularmente considerada, basicamente não guardaria contradição com a atual Constituição Cidadã.

Ressalte-se que mesmo em um cenário efetivamente democrático e republicano como o que se verifica atualmente no Brasil, com uma Constituição que prevê direitos fundamentais que realmente aspiram se concretizar plenamente, a reflexão assistemática e pouco criteriosa sobre a liberdade de expressão impede que diversos e relevantíssimos questionamentos encontrem resposta satisfatória e imbuída de segurança jurídica.

Existe um direito ao esquecimento, de modo que uma manifestação que é lícita na origem pode se tornar ilícita unicamente por conta do decorrer do tempo, devendo haver supressão de uma informação relacionada a um evento que se deseja ver esquecido? Uma manifestação desabonadora pode receber valoração jurídica diferente se feita a uma autoridade pública ou a um cidadão particular? Uma manifestação igualmente desabonadora pode ser considerada ilícita em período eleitoral e lícita em outro período qualquer? Compete ao Estado valorar o conteúdo da manifestação para lhe determinar a licitude e, se sim, com base em que valores e com quais critérios, de modo a não incorrer em censura (prévia ou posterior)?

Como se vê, até hoje é possível suscitar questionamentos e cenários que não encontram resposta taxativa e unânime na doutrina e na jurisprudência.

Dessa forma, a fim de construir um contributo à interpretação do alcance da liberdade de expressão e, possivelmente, à solução de questões como as mencionadas, partimos de uma abordagem que considera, primeiramente, que as hipóteses normativas relativas à liberdade de expressão têm, todas, um elemento em comum: a comunicação.

²⁶ O referido dispositivo previa que “todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei”, passando, então, a descrever as diversas limitações que a legislação infraconstitucional poderia fixar ao exercício daquele direito.

²⁷ “Art. 150, § 8º - É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe”.

Em regra²⁸, as hipóteses normativas dizem respeito à comunicação autêntica, na qual, segundo a semiótica, um indivíduo (*emissor*) transmite uma *mensagem* (ou texto) a outro (*destinatário*), que por sua vez interpreta a mensagem e a ela reage. Considerando ainda outros elementos fundamentais da comunicação, como o *contato* (ou canal entre o emissor e destinatário), o *código* (a linguagem ou codificação utilizada para transmitir a mensagem) e o *contexto* (sobre o que a mensagem se refere, ou seu conteúdo), alcança-se o esquema geralmente atribuído ao linguista russo Roman Jakobson²⁹, conforme representação abaixo:

Considerando a estrutura básica da comunicação, que, por sua vez, é elemento fundamental da hipótese normativa das regras relativas à liberdade de expressão, elegemos, como objeto de estudo, três critérios ou “variáveis” que podem influenciar a valoração jurídica da comunicação.

²⁸ Embora compreendamos que a normas relativas à liberdade de expressão se refiram, *em regra*, à comunicação autêntica, não descartamos por completo que possam se aplicar, em determinadas hipóteses, à significação, onde a conclusão é alcançada antes por um trabalho de observação e inferência por parte do destinatário. Nesse ponto, utilizamos a observação de Ugo Volli sobre o tema: “(...) é com frequência fácil, e em geral bastante comum, trabalhar no aspecto de uma coisa ou de uma pessoa, manipular, em suma, a sua significação, de modo a alcançar determinados efeitos comunicativos. Assim, podemos produzir comunicação modificando a significação de um objeto. Práticas como o *packaging* e o *design* dos objetos, a decoração e o trato com a casa, as roupas e o cuidado com o rosto e os cabelos são meios muito comuns para alterar e geralmente melhorar a percepção de um objeto social, de um modo tal que permita obter uma certa imagem. Desse modo, geralmente a significação esconde uma autêntica comunicação: o destinatário acredita descobrir o sentido de alguma coisa, mas na realidade recebe uma comunicação cuidadosamente elaborada por um emissor. (...) Os fenômenos semióticos da comunicação e da significação, em suma, se cruzam densamente, e geralmente se contêm um ao outro em diferentes níveis”. VOLLI, Ugo. “Manual de Semiótica”. Loyolla, São Paulo, 2008, p. 20.

²⁹ V. VOLLI, Ugo, ob. cit., p.27.

Nesse sentido, relacionando-se ao elemento *contato*, analisaremos, de início, o fator temporal (momento do contato) na avaliação da licitude de uma ação comunicativa. Para fins de simplificação, passaremos a nos referir ao “**quando**” da comunicação.

Em seguida, relacionando-se primariamente³⁰ aos elementos *emissor* e *destinatário*, analisaremos se e como a identidade dos sujeitos da comunicação pode influenciar a valoração jurídica de uma manifestação. Com o objetivo de simplificação em mente, passaremos a nos referir ao “**quem**” da comunicação.

Por fim, relacionando-se aos elementos *mensagem* e *contexto*, estudaremos como o conteúdo da fala ou expressão pode condicionar sua avaliação jurídica. Por simplificação, passaremos a nos referir ao “**o quê**” da comunicação.

Dessa forma, a dissertação contará com três grandes “blocos”, destinados a cada um dos mencionados fatores. Dentro desses blocos, serão abordadas questões mais específicas, que, com certa clareza, já são sintetizadas nos títulos dos respectivos capítulos.

Como adiantado anteriormente, no “bloco” destinado ao “**quando**” da manifestação do pensamento, abordaremos, como temática principal, a seguinte questão: “o tempo pode influenciar o âmbito de proteção da liberdade de expressão, de modo que uma mesma manifestação pode ser lícita em um determinado momento e ilícita em outro?”.

Dentro desse bloco destinado à influência do fator temporal na compreensão do alcance da liberdade de expressão, também serão abordadas questões mais específicas, como:

- (i) Existe um “direito ao esquecimento”, de modo que uma manifestação pode deixar de ser lícita com o decurso do tempo?
- (ii) Inversamente, seria possível sustentar que o curto intervalo de tempo entre um fato e sua divulgação seria um fator limitador da liberdade de expressão?
- (iii) A instabilidade política e os estados de emergência podem caracterizar períodos que ensejam a restrição à liberdade de manifestação? Se sim, em que medida?

³⁰ Como se verá, algumas das questões relacionadas à identidade dos sujeitos da comunicação dizem respeito, mais fortemente, à *mensagem*, e não ao *emissor* ou ao *destinatário*. É o caso, por exemplo, das passagens que abordam as críticas a autoridades públicas ou às chamadas “celebridades”. No entanto, optamos por abordá-las nesse capítulo por dizerem respeito à qualidade ou identificação de um indivíduo, também dizendo respeito, nesse sentido, ao “quem” da comunicação.

(iv) O período de eleições pode ensejar restrições à manifestação do pensamento?
Se sim, em que medida?

No “bloco” destinado ao **“quem”** da manifestação do pensamento, abordaremos, como temática principal, as seguintes questões: “a identificação dos sujeitos envolvidos na comunicação pode influenciar o âmbito de proteção da liberdade de expressão? Uma mensagem emitida ou recebida por um indivíduo pode ser lícita e, por outro, não?”.

Dentro desse bloco destinado à influência da identidade dos sujeitos de uma comunicação na interpretação do alcance da liberdade de expressão, também serão abordadas questões mais específicas, como:

- (i) O ordenamento jurídico confere tratamento específico à hipótese em que o “ofendido” com a manifestação do pensamento é uma autoridade pública? Se sim, em que medida?
- (ii) O ordenamento jurídico confere tratamento especial ao cenário em que o “ofendido” com a manifestação é uma “celebridade”? Se sim, em que medida?
- (iii) A figura do desacato – hipótese específica na qual a manifestação tida como ofensiva é dirigida diretamente a uma autoridade pública – é compatível com a liberdade de expressão?
- (iv) A identificação de um público-alvo infantil limita o alcance da liberdade de expressão?
- (v) A qualificação do emissor da mensagem, a exemplo do parlamentar e do emissor anônimo, influencia o âmbito de proteção da garantia constitucional da liberdade de expressão?

No “bloco” destinado ao **“o quê”** da manifestação do pensamento, abordaremos, como temática principal, a seguinte questão: “o conteúdo da comunicação pode influenciar a compreensão do alcance da liberdade de expressão?”.

Dentro desse bloco destinado à influência do conteúdo da mensagem na compreensão do alcance da liberdade de expressão, também serão abordadas questões mais específicas, como:

- (i) Determinados discursos podem ser mais ou menos protegidos pelo ordenamento jurídico?

(ii) Há valoração jurídica diversa das restrições estatais impostas à manifestação do pensamento, dependendo se elas levam em consideração ou não o conteúdo da mensagem?

(iii) A identificação de um conteúdo sigiloso ou sensível à segurança nacional pode influenciar a interpretação do alcance da garantia constitucional da liberdade de expressão?

Não se olvida que seria possível vislumbrar outros fatores que condicionam a interpretação do alcance da liberdade de expressão, como, por exemplo o “onde”³¹ (fator espacial) e o “como”³² (fator do veículo da informação ou qualidade do *canal*). No entanto, estes elementos não estão no escopo do estudo proposto, pois suscitariam debates que de certa forma se distanciam dos três fatores considerados centrais e acabariam por ampliar demasiadamente o tema da dissertação.

Pois bem. Em termos de metodologia, com poucas exceções³³, cada uma das questões mencionadas será ilustrada com casos da jurisprudência selecionada, extraídos da produção de Tribunais Internacionais americanos e europeus, pátrios (STF e STJ) e da Suprema Corte Americana. Os critérios que orientaram a seleção dos casos, as cautelas técnicas que pautarão sua análise e a valia do estudo comparado serão melhor detalhados no capítulo 1.3. No entanto, é possível adiantar, desde já, que tal jurisprudência formará um pano de fundo para que, então, paralelamente à análise das normas do ordenamento jurídico nacional, alcancemos conclusões e tracemos critérios aplicáveis à realidade brasileira.

Em outras palavras, será utilizado um método em regra indutivo, porém balizado pelas normas em vigor no ordenamento pátrio, em um ir e vir do olhar entre os casos con-

³¹ Em relação ao “onde”, vislumbra-se, por exemplo, o debate acerca dos limites e condicionamentos da liberdade de reunião.

³² Em relação ao “como”, vislumbra-se, por exemplo, o debate acerca da influência dos diferentes tipos de veículo de comunicação na valoração jurídica da manifestação do pensamento. Esse é um ponto suscitado, entre outros, na ADI 4451 MC-Ref, quando os Ministros debatem se, em relação à comunicação via rádio e televisão, os limites da liberdade de expressão seriam mais estreitos do que em relação à mídia escrita. De igual sorte, o “como” da expressão poderia suscitar debates acerca do uso da *internet* como meio de comunicação em massa e as dificuldades e desafios a ela inerentes.

³³ As exceções são os Capítulos 3.6, 4.2 e 4.3. O Capítulo 3.6 se dedica a duas questões particulares ao ordenamento brasileiro. Os Capítulos 4.2 e 4.3, por sua vez, se dedicam à exposição de classificações específicas da doutrina e jurisprudência norte-americana, que podem ser úteis, posteriormente, ao alcance de conclusões sobre a influência do conteúdo da manifestação na sua valoração jurídica. Nesse sentido, vide resumo no Capítulo VI – Resumo dos Capítulos.

cretos e a norma em abstrato. Nesse sentido, busca-se adotar um método que, em diversos aspectos, é similar ao *reflective equilibrium*, tal como consagrado por John Rawls³⁴.

³⁴ RAWLS, John. “*A Theory of Justice*”. Harvard University Press, 2009. V. capítulo 1.3.

<texto suprimido na versão simplificada, conforme Resolução CoPGr nº 5.401/2007>

5. CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Como já apontado anteriormente, o conflito da liberdade de expressão com valores como a honra, privacidade e segurança nacional é uma das questões mais debatidas no estudo dos direitos fundamentais. Conforme apontado especificamente no capítulo 4.6, é até razoável ter por impossível a formulação de um esquema lógico e matemático apto a resolver todos os conflitos envolvendo a liberdade de expressão.

No entanto, a presente dissertação se apresenta como uma proposta de contribuição a esse debate, de modo a que, na medida do possível, a interpretação e a aplicação prática da liberdade de expressão possam ser racionais e pautadas em critérios que prestigiem a segurança jurídica e garantam a própria efetividade dessa liberdade que se configura como um valor tão caro às sociedades democráticas.

Abaixo, são relacionadas as conclusões e propostas delineadas no decorrer do estudo.

1. O tempo, na comunicação, pode influenciar o âmbito de proteção da liberdade de expressão, de modo que uma mesma manifestação pode ser lícita em um determinado momento e ilícita em outro.

2. O ordenamento jurídico brasileiro traz regras expressas e específicas para a valoração jurídica da liberdade de expressão em determinados *períodos*, como os estados de emergência. Para lidar com períodos de conturbação social e política, a Constituição Federal Brasileira – diferentemente de outras constituições - hoje só prevê os estados de defesa e de sítio como mecanismos que, em face desses cenários, permitem que o Estado implemente um condicionamento amplo e geral de direitos fundamentais como a liberdade de comunicação.

3. Quanto ao período eleitoral, também é possível identificar regras específicas relacionadas à liberdade de comunicação. Nesse sentido, é possível verificar tanto um condicionamento da liberdade de expressão voltado aos partidos políticos e seus candidatos, quanto um condicionamento amplo, com regras extensíveis a quaisquer cidadãos. Como estudado nos precedentes, no entanto, tais restrições devem, como condição de constitucionalidade, atender às finalidades da garantia (i) da isonomia entre os participantes e (ii) do acesso à informação não distorcida por parte do público eleitor.

4. A tutela da honra, da privacidade e da intimidade não encontra melhor solução na adoção de um “direito ao esquecimento” geral, mas sim na avaliação se a determinada publicação tem o efetivo condão de causar dano grave ao indivíduo, considerando, entre outros, as particularidades do caso concreto, as provas apresentadas pelo demandante e a forma e contexto em que a publicação se dá.

Quanto ao valor a ser atribuído ao decurso do tempo, inclinamo-nos à corrente exposta no item 2.3, segundo a qual, se uma valoração jurídica preponderante deve ser atribuída ao passar dos anos, ela corresponde à compreensão de que a menção a episódios sensíveis não tem mais o mesmo condão de causar dor ou trauma com a intensidade que poderia fazer no passado, a exemplo do apontado nos casos Lebach 2, Aida Curi e Plon v. France.

5. A identificação dos sujeitos envolvidos na comunicação pode influenciar o âmbito de proteção da liberdade de expressão, de modo que uma mesma mensagem emitida ou recebida por um indivíduo pode ser lícita e, por outro, não. Em outras, palavras, o ordenamento realmente comporta condicionamentos da liberdade de expressão baseados na qualificação dos interlocutores ou do sujeito *a quem diz respeito* a informação.

6. No caso das crianças e adolescentes como destinatários da comunicação, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente trazem regras que indubitavelmente restringem as publicações e espetáculos destinados a esse público-alvo específico. Não obstante, o uso de conceitos jurídicos indefinidos, como “*valores éticos e sociais da pessoa e da família*”, contribui para que tais restrições tenham parâmetros imprecisos, de modo que a solução do conflito desses valores – proteção à infância e juventude e liberdade de expressão – invariavelmente passará pela análise das particularidades do caso concreto.

7. No caso dos parlamentares como emissores da comunicação, a Constituição é clara ao conferir a esses sujeitos imunidade material quanto às palavras e opiniões emitidas no exercício do mandato (prática *in officio*) ou em razão dele (prática *propter officium*). Tal imunidade tem o potencial de excluir a ilicitude de um ato comunicativo que, fosse proferido por um cidadão comum, poderia ser configurado como crime contra a honra ou ensejado reparações civis, o que reforça a conclusão de que a identificação dos sujeitos da comunicação efetivamente influencia a valoração jurídica do ato comunicativo.

8. Quanto às autoridades públicas e as chamadas “celebridades” como sujeitos a quem diz respeito a comunicação, o ordenamento interno pátrio não conta com normas expressas sobre o tema. No entanto, como exposto nos capítulos 3.2, 3.3 e 3.7, tais hipóteses ensejam um tratamento diferenciado da liberdade de expressão.

Como apontado no capítulo 3.7, não se pode pretender atribuir o mesmo grau de privacidade do indivíduo “comum” ao indivíduo que desempenha atividades profissionais em público e para o público, lançando-se voluntariamente sob o holofote. Com mais razão ainda há de se sustentar a maior amplitude da comunicação relacionada a agentes públicos que não só se inserem voluntariamente na vida pública como desempenham um múnus público sujeito ao mais amplo escrutínio, motivo pelo qual a Declaração de Princípios Sobre a Liberdade de Expressão da CIDH expressamente consigna, em seu artigo 13, que “os funcionários públicos estão sujeitos a maior escrutínio da sociedade”.

9. A tipificação penal específica da ofensa a agentes públicos – crime previsto no artigo 331 do Código Penal brasileiro – não guarda compatibilidade com os contornos amplos a que a liberdade de expressão está sujeita quando relativa a funcionários e agentes estatais, o que justifica o fato da CIDH ter, em mais de uma ocasião, criticado e condenado as chamadas “leis de desacato”.

10. O conteúdo da comunicação pode influenciar sua valoração jurídica. No entanto, há de se proceder com cautela quando, a fim de restringir ou considerar lícito determinado discurso, o Estado se imiscui no conteúdo da comunicação, especialmente quando se considera que, historicamente, nefastos episódios de censura e repressão à liberdade de pensamento foram baseados em um sentimento genuíno de que direitos e valores fundamentais estavam sendo protegidos.

11. A fim de pautar a interpretação da liberdade de expressão, é relevante ter em mente a razão de ser desse direito, que pode ser compreendida sob duas óticas distintas e complementares: as justificações constitutiva e instrumental.

Pela justificação constitutiva, a liberdade de expressão deve ser garantida porque os cidadãos capazes são agentes morais responsáveis cuja dignidade individual demanda que possam opinar e ouvir quaisquer opiniões, delas fazendo juízo próprio. Por essa ótica, a liberdade de expressão é um direito em si. Pela justificação instrumental, a liberdade de

expressão deve ser protegida porque traz benefícios à sociedade, decorrentes da livre troca de ideias. Por essa ótica, a liberdade de expressão é um meio para o aperfeiçoamento da democracia, devendo ser protegida por razões funcionais e sociais. Adotamos o entendimento de que a conjunção das duas justificativas é a melhor forma de compreender o direito em análise.

12. O ordenamento brasileiro comporta uma classificação do discurso em alta proteção (*high-value speech*, tutelado por ambas as justificações), e um discurso de baixa proteção (*low-value speech*, tutelado somente pela ótica constitutiva da liberdade de expressão). De igual sorte, como exposto no capítulo 4.4, é possível sustentar a existência de um discurso não alcançado pelo âmbito de proteção da liberdade de expressão, categoria na qual se inseriria o discurso de ódio.

13. Também pode ser útil em contexto nacional a categorização exposta no item 4.3, segundo a qual as restrições estatais à livre comunicação podem ser divididas em neutras quanto ao conteúdo (*content-neutral*), neutras no posicionamento (*viewpoint-neutral*) e baseadas em um posicionamento (*viewpoint-based*), atribuindo ao Estado ônus argumentativo e probatório progressivamente maior.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1. Doutrina

- ACKERMAN, Bruce. “*The emergency constitution*”. Yale Law Journal, v. 113, 2004
- ALEXY, Robert. “Teoria dos Direitos Fundamentais”. 2ª ed., Malheiros, São Paulo, 2011.
- ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de; FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. “A comunicação social e a proteção da intimidade e da vida privada na Constituição de 1988”. In MORAES, Alexandre de (org.). “Os 20 anos da Constituição da República Federativa do Brasil”, Atlas, São Paulo, 2009.
- ARTICLE 19 Org. “*Guide to the Law of Georgia on Freedom of Speech and Expression*”. Index Number: LAW/2005/0418, Article 19, London, 2005.
- BARBOSA, Rui. “A imprensa e o dever da verdade”. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- BARENDT, Eric. “*Freedom of Speech*”. Oxford University Press, New York, 2005.
- BARROSO, Luís Roberto. “Liberdade de expressão versus direitos da personalidade. Colisão de direitos fundamentais e critérios de ponderação”. In: SARLET, Ingo (Org.). Direitos Fundamentais, Informática e Comunicação. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2007, pp. 82-83.
- BARROSO, Luís Roberto. Colisão entre Liberdade de Expressão e Direitos da Personalidade. Critérios de Ponderação. Interpretação Constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. Revista Trimestral de Direito Público, n. 36, São Paulo, 2001, p. 24-53.

- BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura; KASSOUF, Adib. “Comentários à Constituição Federal de 1988”. Editora Forense, Rio de Janeiro, 2009.
- BOULOS, Christianne; ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de (orient). “Colisão de direitos fundamentais”. São Paulo, 2002.
- BRANCO, Sérgio. “O domínio público no direito autoral brasileiro”. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011.
- BULOS, Uadi Lammêgo. “Constituição Federal anotada”. 10ª ed., Saraiva, São Paulo, 2012.
- CALDAS, Pedro Frederico. “Vida privada, liberdade de imprensa e dano moral”, Saraiva, São Paulo, 1997.
- CANO, José Antonio Arcila. "*La libertad de expresión en la jurisprudencia de la Corte Interamericana (1985-2009)*". Revista Forum, ISSN-e 2216-1767, vol. 1, n. 1, 2011, pp. 113-146.
- CARBONELL, Miguel. “*Ultrajando a la Constitución: la Suprema Corte contra la libertad de expresión*”. Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho, n. 24. p. 171-186, México, abr. 2006.
- CARVALHO, Luís Gustavo Grandinetti Castanho. “Direito de informação e liberdade de expressão”. Renovar, Rio de Janeiro, 1999.
- CARVALHO, Luís Gustavo Grandinetti Castanho. “Liberdade de informação e o direito difuso à informação verdadeira”. Renovar, Rio de Janeiro, 1994.
- CAVALCANTI FILHO, José Paulo (org.). “Informação e Poder – ampla liberdade de informar x responsabilidade no exercício dessa liberdade”. Record, Rio de Janeiro, 1994.
- CHAFEE JR, Zechariah. “*Freedom of Speech in War Time*”. Harvard Law Review, v. 32, nº 8, jun, 1919, pp. 932-973,

- COLIVER, Sandra; BOYLE, Kevin; D'SOUZA, Frances (orgs.). *“Striking a balance: hate speech, freedom of expression and non-discrimination”*. Article 19, London and Human Rights Centre, University of Essex, 1992.
- COLIVER, Sandra. *“Commentary on the Johannesburg Principles on National Security, Freedom of Expression and Access to Information”*. In: COLIVER, Sandra. *“Secrecy and Liberty: National Security, Freedom of Expression and Access to Information”*. Martinus Nijhoff Publishers, 1999.
- COMPARATO, Fábio Konder. “A democratização dos meios de comunicação de massa”. Revista USP, n. 48, dez./fev. 2000-2001, pp. 6-17. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/48/SUMARIO-48.htm>>.
- COOLEY, Thomas McIntyre. *“A treatise on the constitutional limitations which rest upon the legislative power of the states of the American union”*. 5ª ed., Little, Brown, and Company, Boston, 1888. Disponível em: <<https://archive.org/details/atreatiseoncons06coolgoog>>.
- COUNCIL OF EUROPE. *“Freedom of expression In Europe. Case-law concerning Article 10 of the European Convention of Rights”*. Human rights files, n. 18, Council of Europe Publishing, 1998-2006, up. ed. 2007.
- DELMANTO, Celso. “Código Penal Comentado”. 3ª ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1991.
- DOTTI, René Ariel. “Proteção da vida privada e Liberdade de informação: possibilidades e limites”. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1980.
- DWORKIN, Ronald. “O Direito da Liberdade. A leitura moral da Constituição norte-americana”. Trad. Marcelo Brandão Cipolla, Martins Fontes, São Paulo, 2006.
- EPSTEIN, Richard A. *“Privacy, Publication, and the First Amendment: The Dangers of First Amendment Exceptionalism”*. Stanford Law Review, v. 52, n. 5, Symposium: Cyberspace and Privacy: A New Legal Paradigm?, may, 2000, pp. 1003-1047.

- FALSARELLA, Christiane Mina. “A liberdade de expressão na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos”. Rev. Fac. Direito UFMG, n. 61, Belo Horizonte, jul./dez. 2012, pp. 149 – 173.
- FARIAS, Edilsom Pereira de. “Colisão de Direitos. A Honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação”. Sergio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 2008.
- FARIAS, Edilsom. “Liberdade de expressão e comunicação: teoria e proteção constitucional”. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2004.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. “Comentários à Constituição brasileira de 1988”. v. I, 3ª ed., Saraiva, São Paulo, 2000.
- FISS, Owen M. “*Liberalism Divided: Freedom of Speech and the Many Uses of State Power*”, Westview Press, 1996
- FISS, Owen M. “*La ironia de la libertad de expression*”. Gedisa, Barcelona, 1999.
- GARCIA, Mercedes Soto. “*Tribunal Europeo de Derechos Humanos - TEDH - Sentencia de 15.03.2011, Otegi Mondragón c. España, 2034/07 - Artículo 10 del CEDH - Libertad de expresión - Límites - Delito de injurias contra el Jefe del Estado - Exhortación a la violencia y discurso de odio - Los límites de la libertad de expresión en el debate político*”. Revista de Derecho Comunitario Europeo, ISSN 1138-4026, Ano 16, nº 42, 2012, pp. 575-591.
- GHEVONTIAN, Richard. “Direitos Humanos Fundamentais”. Anais do XIII Encontro de Direito Constitucional, Instituto Pimenta Bueno, ESDC, São Paulo, 2004, pp. 112 e ss.
- HARE, Ivan; WEINSTEIN, James. “*Extreme speech and democracy*”. Oxford University Press, Oxford, 2010.
- HORBACH, Beatriz Bastide. “Os limites da liberdade de expressão: o confronto de entendimentos do Supremo Tribunal Federal nos casos Ellwanger e Marcha da Maconha”. Direitos Fundamentais & Justiça, ano 6, n. 20, jul./set. 2012, pp. 218-235.

- HORBACH, Carlos Bastide. “O poder executivo na Democracia Contemporânea: Liberdade em Tempos de Crise”. In ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do; LEAL, Roger Stiefelmann; HORBACH, Carlos Bastide (coord.). “Direito Constitucional, Estado de Direito e Democracia: homenagem ao Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho”, Quartier Latin, São Paulo, 2011.
- KATZ, Alan M. “*Government Information Leaks and the First Amendment*”. California Law Review, v. 64, n. 1, jan., 1976, pp. 108-145.
- KHOURI, Paulo R. “O direito ao esquecimento na sociedade de informação e o Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil”. Revista de Direito do Consumidor, v. 89, p. 463 e ss., set/2013.
- KROTOSZYNSKI, Ronald J. “*The First Amendment in cross-cultural perspective*”. New York University Press, New York, London, 2006.
- LOCKE, John. “*Second Treatise of Government*”. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/7370/7370-h/7370-h.htm>>.
- MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. “Liberdade de expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social”. Coimbra Editora, Coimbra, 2002.
- MEIRELLES, Hely Lopes. “Direito municipal brasileiro”. 7. ed., atualizada por Izabel Camargo Lopes Monteiro e Yara Darcy Police Monteiro, Malheiros, São Paulo, 1994.
- MENDEL, Toby. “*The Johannesburg Principles: Overview and Implementation*”. Disponível em: <<https://www.article19.org/data/files/pdfs/publications/jo-burg-principles-overview.pdf>>.
- MENDES, Gilmar Ferreira. “Direitos Fundamentais e Controle da Constitucionalidade”. 3ª ed., Saraiva, São Paulo, 2009.
- MENDES, Gilmar Ferreira. “Colisão de direitos fundamentais: liberdade de expressão e de comunicação e direito à honra e à imagem”. Revista de Informação Legislativa, a. 31, n. 122, mai./jul., 1994, pp. 297-301.

- MENDES, Gilmar Ferreira. “Colisão de direitos individuais. Anotações a propósito da obra de Edilson Pereira de Farias”. Revista Tributária e de Finanças Públicas, v. 18, p. 388, jan/1997.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. “Curso de direito constitucional”. 7. ed. rev. e atual., Saraiva, São Paulo, 2012.
- I MESTRE, Joaquim Borrell. “*Algunas reflexiones sobre la posible influencia del constitucionalismo estadounidense en el español en materia de libertad de expresión*”. Revista general de derecho público comparado, ISSN 1988-5091, nº. 3, 2008.
- MILL, John Stuart. “Sobre a Liberdade”. 2ª ed., Vozes, Petrópolis, 1991.
- MILL, John Stuart. “*On Liberty*”. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/34901/34901-h/34901-h.htm>>.
- MILTON, John. “*The Areopagitica. A Speech For The Liberty Of Unlicensed Printing To The Parliament Of England*”. 1644. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/608/608-h/608-h.htm>>.
- MIRANDA, Jorge. “Manual de Direito Constitucional”. Tomo IV, 4ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2008.
- MIRANDA, Jorge (Org.); RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Org.); FRUET, Gustavo Bonato (Org.). “Direitos da Personalidade”. 1ª ed., Atlas, São Paulo, 2012.
- MIRANDA, Jorge. “Manual de direito constitucional”. 2ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2005.
- MOON, Richard. “*Freedom of expression and the Canadian Charter of Rights*”. Windsor Yearbook of Access to Justice, v. 21, 2002.
- MORAIS, Carlos Blanco de. “Direitos Humanos Fundamentais”. Anais do XIII Encontro de Direito Constitucional, Instituto Pimenta Bueno, ESDC, São Paulo, 2004, pp. 149 e ss.

- NEUBORNE, Burt. “*The Supreme Court and free speech: love and a question*”. Saint Louis University Law Journal, v.42. n. 3. p.789-811, Saint Louis, 1998.
- NEVES, Marcelo. “Transconstitucionalismo”. Saraiva, São Paulo, 2009.
- NUCCI, Guilherme de Souza. “Código Penal Comentado”. 14ª ed. rev. ampl., Forense, Rio de Janeiro, 2014.
- O’CALLAGHAN, Xavier. “*Libertad de expresión y sus limites: honor, intimidad e imagen*”. Revista de Derecho Privado, Madrid, 1991.
- OST, François. “O tempo do direito”. EDUSC, Bauru, 2005.
- PAYANDEH, Mehrdad. “*The Limits of Freedom of Expression in the Wunsiedel Decision of the German Federal Constitutional Court*”. German Law Journal, v. 11, pp. 929-942, aug., 2010.
- PINTO, Ricardo Leite. “Liberdade de imprensa e vida privada”. Revista da Ordem dos Advogados, ano 54, Lisboa, abr. 1994, pp. 27-147.
- POST, Robert C. “*Democracy, Expertise, and Academic Freedom: A First Amendment Jurisprudence for the Modern State*”. Yale University Press, 2012.
- POST, Robert. “*Reconciling Theory and Doctrine in First Amendment Jurisprudence*”. California Law Review, v. 88, n. 6, Symposium of the Law in the Twentieth Century, dec., 2000, pp. 2353+2355-2374.
- POST, Robert. “*Recuperating First Amendment Doctrine*”. Stanford Law Review, Vol. 47, n. 6, jul., 1995, pp. 1249-1281.
- PRESTON, Ivan L. “*The Compatibility of Advertising Regulation and the First Amendment*”. Journal of Advertising, v. 9, n. 3, 1980, pp. 12-15+45.
- REALE JÚNIOR, Miguel. “Limites à liberdade de expressão”. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 17, n. 81, pp. 61-91, São Paulo, nov./dez., 2009.
- REDONDO, Cristina Lopez. “*La libertad de expresión en situaciones de conflicto*”. Tirant Lo Blanch, Valencia, 2012.

- RODRIGUES, José Henrique. “A censura, a imprensa e o controle jurisdicional de legalidade”. Revista dos Tribunais, v. 83, n. 705, jul, 1994, pp. 24-33.
- SARLET, Ingo Wolfgang, MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. “Curso de Direito Constitucional”. 3ªed., Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014.
- SCANLON, Thomas. “*Freedom of Expression and Categories of Expression*”. University of Pittsburgh Law Review, v. 40, 1979.
- SCANLON, Thomas. “*A Theory of Freedom of Expression*”. Philosophy and Public Affairs, v. 1, n. 2, 1972, pp. 204-226.
- SCHAUER, Frederick. “*The boundaries of the first amendment: a preliminary exploration of constitutional salience*”. Harvard Law Review, v.117. n.6, pp.1765-809, 2004.
- SCHAUER, Frederick. “*Discourse and its discontents*”. Notre Dame Law Review. v. 72. n. 5. pp. 1309-34, Notre Dame, jul. 1997.
- SCHWAB, Jürgen. “Cinquenta anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Alemão”, org. Leonardo Martins, trad. Beatriz Hennig e outros. Konrad Adenauer Stiftung, Montevideo, 2005. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_7738-544-1-30.pdf.
- SILVA, José Afonso da. “Curso de Direito Constitucional Positivo”. 30ª ed., Malheiros, São Paulo, 2008.
- SILVA, Virgílio Afonso da. “O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas constitucionais”. Revista de Direito do Estado 4, 2006, pp. 23-51.
- SILVA, Virgílio Afonso da. “Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia”, 2ª ed., Malheiros, São Paulo, 2010.
- STONE, Geoffrey R. “*Content-Neutral Restrictions*”. University of Chicago Law Review, v. 54, 1987.

- STONE, Geoffrey R. "*Content Regulation and the First Amendment*". William and Mary Law Review, v. 25, n. 2, 1983.
- STONE, Geoffrey R. "*Restrictions of speech because of its content*". The University of Chicago Law Review, v. 46, n. 1, Autumn, 1978.
- STONE, Geoffrey R. "*Sex, Violence and the First Amendment*". University of Chicago Law Review, v. 74, 2007.
- STONE, Geoffrey R. "*Free Speech in the Twenty-First Century: Ten Lessons from the Twentieth Century*", Pepperdine Law Review v. 36, issue 2, 2009.
- STONE, Geoffrey R. "*Ronald Coase's First Amendment*". Journal of Law and Economics, v. 54, n. 4, Markets, Firms, and Property Rights: A Celebration of the Research of Ronald Coase, nov., 2011, pp. S367-S382.
- SULLIVAN, Kathleen M. "*Two concepts of freedom of speech*". Harvard Law Review, vol. 124, pp. 143 e ss.
- SUNSTEIN, Cass Robert. "*Democracy and the Problem of Free Speech*". Free Press, 1995.
- TUSHNET, Mark. "*Comparative constitutional law*". The Oxford Handbook of Comparative Law, (Mathias Reimann e Reinhard Zimmermann – ed), Oxford University Press, Oxford-New York, 2008.
- TUSHNET, Mark. "*The Possibilities of Comparative Constitutional Law*". Yale Law Journal, v. 108, 1998/1999, pp. 1225 e ss.
- ULLOA, Adriana Consuelo Jimenés. "*La libertad de expresión en la jurisprudencia de la Corte Interamericana y del Tribunal Europeo de Derechos Humanos*". Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 2010.
- VOLLI, Ugo. "Manual de Semiótica". Loyolla, São Paulo, 2008.
- WALDRON, Jeremy. "*Foreign law and the modern ius gentium*". Harvard Law Review, v. 119, 2005/2006, pp. 129 e ss.

- WALDRON, Jeremy. *“The Harm in Hate Speech”*. Harvard University Press, 2012.
- WERHAN, Keith. *“Freedom of Speech: A Reference Guide to the United States Constitution”*. Praeger, 2004.
- WORLD BANK. *“World Development Report 2002: Building Institutions for Markets”*. Oxford University Press, New York, 2002. Disponible en: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5984>>.
- WRIGHT, J. Skelly. *“El dinero y la contaminación del proceso político: es la libertad de expresión un obstáculo para lograr la igualdad política?”*. Revista de Derecho Publico, n. 9. pp. 91-143, Santa Fé de Bogotá, sept. 1998.

6.2. Jurisprudência

- Corte Constitucional Alemã, “Caso Lüth”, BVerfGE 7, 198, j. 15.01.1958.
- Corte Constitucional Alemã, “Caso Spiegel”, BVerfGE 20, 162, j. 05.08.1966.
- Corte Constitucional Alemã, “Caso Mephisto”, BVerfGE 30, 173, j. 24.02.1971.
- Corte Constitucional Alemã, “Caso Lebach”, BVerfGE 35, 202, j. 05.06.1973.
- Corte Constitucional Alemã, “Caso Lebach 2”, BvR 348/98 e BvR 755/98, j. 25.11.1999.
- CEDH, “Handyside v. the United Kingdom”, j. 07.12.1976, Series A, n. 24.
- CEDH, “Sunday Times (No. 1) v. the United Kingdom”, j. 26.04.1979, Series A, n. 30.
- CEDH, “Sunday Times (No. 2) v. the United Kingdom”, j. 26.11.1991, Series A, n. 217.
- CEDH, “The Observer and Guardian Newspapers Ltd. v. the United Kingdom”, j. 26.11.1991, Series A, n. 216.22.
- CEDH, “Otto-Preminger-Institut v. Austria”, j. 20.09.1994, Series A, n. 295-A.
- CEDH, “Incal v. Turkey”, j. 9.06.1998, Reports 1998-IV.
- CEDH, “Lehideux and Isorni v. France”, App n° 24662/94, j. 23.09.1998, Reports 1998-VII.
- CEDH, “Radio France and others v. France”, App n° 53984/00, j. 30.03.2004, Reports 2004-II.
- CEDH, “Plon v. France”, App n° 58148/00, j. 18.05.2004, Reports 2004-IV.
- CEDH, “Von Hannover v. Germany”, App n° 59320/00, j. 24.06.2004, Reports 2004-VI.

- CEDH, “Von Hannover v. Germany n° 2”, Apps n° 40660/08 e 60641/08, j. 07.02.2012.
- CIDH, OC-5/85, 13.11.1985 (opinião consultiva sobre diploma para jornalistas).
- CIDH, “‘La Última Tentación de Cristo’ (Olmedo Bustos e outros) v. Chile”, j. 05.02.2001, Series C, n. 73.
- CIDH, Informes da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão, Paraguai (2001), Haiti (2003), Guatemala (2003), Panamá (2003), Venezuela (2003), Colômbia (2005) e México (2010).
- CIDH, “Herrera Ulloa v. Costa Rica”, j. 02.06.2004, Series C, n. 107.
- CIDH, “Ricardo Canese v. Paraguay”, j. 31.08. 2004, Series C, n. 111.
- CIDH, “Palamara Iribarne v. Chile”, j. 22.11.2005, Series C, n. 135.
- CIDH, “Kimel v. Argentina”, j. 02.05.2008, Series C, n. 177.
- CIDH, “Gomes Lund e outros v. Brasil” (Caso “Guerrilha do Araguaia”), j. 24.11.2010, Series C, n. 219.
- STJ, REsp n° 1.334.097, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 28.05.2013, DJe 10.09.2013.
- Suprema Corte Americana, “Abrams v. United States”, *docket* n° 316, *Opinion* 250 U.S. 616 (1919).
- Suprema Corte Americana, “Whitney v. California”, *docket* n° 3, *Opinion* 274 U.S. 357 (1927).
- Suprema Corte Americana, “Hirabayashi v. United States”, *Opinion* 320 U.S. 81 (1943).
- Suprema Corte Americana, “Duncan v. Kahanamoku”, *Opinion* 327 U.S. 304 (1946).

- Suprema Corte Americana, “New York Times v. Sullivan”, *docket* n° 39, *Opinion* 376 U.S. 254 (1964).
- Suprema Corte Americana, “Brandenburg v. Ohio”, *docket* n° 492, *Opinion* 395 U.S. 444 (1969).
- Suprema Corte Americana, “Schacht v. United States”, *docket* n° 628, *Opinion* 398 US 58 (1970).
- Suprema Corte Americana, “New York Times Company v. United States”, *docket* n° 1873, *Opinion* 403 US 713 (1971).
- Police Department of Chicago v. Mosley, *docket* n° 70-87, *Opinion* 408 US 92 (1972).
- Suprema Corte Americana, “Buckley v. Valeo”, *docket* n° 75-436, *Opinion* 424 U.S. 1 (1976).
- Suprema Corte Americana, “Hustler Magazine v. Falwell”, *docket* n° 86-1278, *Opinion* 485 U.S. 46 (1988).
- Suprema Corte Americana, “Bartnicki v. Vopper”, *docket* n° 99-1687, *Opinion* 532 U.S. 514 (2001).
- Suprema Corte Americana, “Atkins v. Virginia”, *docket* n° 00-8452, *Opinion* 536 U.S. 304 (2002).
- Suprema Corte Americana, “Virginia v. Black”, *docket* n° 01-1107, 538 US 343 (2003).
- Suprema Corte Americana, “Sosa v. Alvarez-Machain”, *docket* n° 03-339, *Opinion* 542 U.S. 692 (2004).
- Suprema Corte Americana, “Roper v. Simmons”, *docket* n° 03-633, *Opinion* 543 U.S. 551 (2005).
- Suprema Corte Americana, “Citizens United v. Federal Election Commission”, *docket* n° 08-205, *Opinion* 558 U.S. (2010).

- STF, RE 215984/RJ, Min. Rel. Carlos Velloso, j. 04.06.2002, DJ 28.06.2002.
- STF, Inq. 617/RR, Min. Celso de Mello, j. 24.06.2002, DJ 28.06.2002.
- STF, Pet nº 2.702 MC / RJ (“Caso O Globo x Garotinho”), Rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. 18.09.2002, DJ 19.09.2003.
- STF, HC nº 82.424-2 (“Caso Ellwanger”), Rel. Min. Moreira Alves, j. 17.09.2003, DJ 19.03.2004.
- STF, Inq 1.957, Rel. Min. Carlos Velloso, redator para o Acórdão Min. Celso de Mello, j. 11.5.2005, DJ 11.11.2005.
- STF, Pet 3486/DF (Veja x Celso Marques Araújo), Rel. Min. Celso de Mello, j. 22.05.2005, DJ 29.08.2005.
- STF, MC em MS nº 24.832-7 (“Caso Law Kin Chong”), Rel. Min. Cezar Peluso, j. 18.03.2004, DJ 18.08.2006.
- STF, ADI nº 3,741-2/ DF, Rel, Min. Ricardo Lewandowski, j. 06.09.2006, DJ 23.02.2007.
- STF, ADPF nº 130 (Lei da Imprensa), Rel. Min. Ayres Britto, j. 30.04.2009, DJe 26.02.2010 (republicação).
- STF, RE nº 511.961 (diploma de jornalismo), Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 17.06.2009, DJe 12.11.2009.
- STF, ADPF 153/DF, Min. Rel. Eros Grau, j. 29.04.2010, DJ 06.08.2010.
- STF, ADI nº 4.451 MC-REF / DF, Rel, Min. Ayres Britto, j. 02.09.2010, DJe 30.06.2011.
- STF, ADPF nº 187 / DF (“Caso da marcha da maconha”), Rel. Min. Celso de Mello, j. 15.06.2011, DJe 28.05.2014.
- STF, ADI nº 4.274 / DF, Rel. Min. Ayres Britto, j. 23.11.2011, DJe. 30.04.2012.

- STF, ARE nº 722.744 (Abril x Roriz), Rel. Min. Celso de Mello, j. 19.02.2014, DJe 12.03.2014.
- STF, RE nº 600.063, Rel. Min. Marco Aurélio, redator para o Acórdão Min. Roberto Barroso, j. 25.02.2015, DJ 15.05.2015.
- STF, ADI nº 4815 / DF, Rel. Min. Carmen Lúcia, j. 10.06.2015, inteiro teor do Acórdão não publicado até 28.12.2015.
- STF, ADI nº 4650 / DF, Rel. Min. Luiz Fux, em trâmite.
- STJ, REsp nº 1.334.097, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 28.05.2013, DJe 10.09.2013.
- STJ, REsp nº 1.335.153 - RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 28.05.2013, DJe 10.09.2013.
- TJUE, “Google Spain SL e Google Inc. v. Agencia Española de Protección de Datos (AEPD) e Mario Costeja González”, C-131/12, j. 13.05.2014.